

Do caráter subversivo da psicanálise: considerações lacanianas frente aos problemas de um território colonizado.

On the subversive character of psychoanalysis: lacanian considerations on the problems of a colonized territory.

FAUZY ARAUJO

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo elaborar a ideia de subversão da psicanálise, considerando suas revoluções epistêmicas e os contextos políticos nos quais se insere, a partir de uma leitura de seu histórico colonial e eurocêntrico. Proponho algumas reflexões sobre as particularidades da psicanálise latino-americana, especificamente aquela que é exercida em território brasileiro, partindo de uma leitura que localiza problemas de raça, classe e gênero como agentes causadores do sofrimento, que aponta o processo de apagamento identitário da população negra. Ressalto a importância de pensar o processo de construção da identidade do negro no Brasil e sua relevância para o contexto clínico. Para avançar nessa discussão, trabalho com o conceito de identificação e com a ideia de imissão da Outridade, buscando localizar nessas manobras teóricas lacanianas a possibilidade subversiva da psicanálise no que tange a esses problemas. A proposta é considerar que a psicanálise tem, sim, um potencial subversivo e pode contribuir com tais questões em seus aspectos teórico e clínico.

PALAVRAS-CHAVE: psicanálise laciana – psicanálise latino-americana – decolonialidade – identidade – identificação – imissão de Outridade.

ABSTRACT:

This article aims to elaborate on the idea of the subversion of psychoanalysis, considering its epistemic revolutions and the political contexts in which it is situated, based on a reading of its colonial and Eurocentric history. I propose some reflections on the particularities of Latin American psychoanalysis, specifically the one practiced in Brazilian territory, based on a reading that identifies issues of race, class, and gender as agents causing suffering, and that points to the process of identity erasure of the Black population. I highlight the importance of thinking about the process of identity construction of Black individuals in Brazil and its relevance to the clinical context. To advance this discussion, I work with the concept of identification and the idea of the inmixing of an Otherness, seeking to locate in these Lacanian theoretical maneuvers the subversive potential of psychoanalysis regarding these issues. The idea is that we may consider that psychoanalysis does indeed have subversive potential and can contribute to these issues in both its theoretical and clinical dimensions.

KEYWORDS: Lacanian psychoanalysis – Latin American psychoanalysis – decoloniality – identity – identification – inmixing of an Otherness.

Para abrir os caminhos:

“E com o bucho mais cheio comecei a pensar.
Que eu me organizando posso desorganizar.”
(Chico Science, em *Da Lama ao Caos*)

A psicanálise enquanto práxis – discurso que compreende teoria e clínica como formas de articulação de seu saber – é, desde o seu surgimento, apontada como subversiva por seu caráter renovador. Com seu criador, Freud, com a formulação das condições do dispositivo analítico, baseado na hipótese do inconsciente, a psicanálise estabeleceu uma ruptura com o discurso médico, surgindo como um método de tratamento inovador em seu tempo. Por outro lado, considera-se que o projeto lacaniano consiste em apontar um desvio dos psicanalistas em relação à verdade, propondo outro saber, mediante retorno ao sentido de seus fundamentos,¹ como uma revolução paradigmática, em um movimento epistêmico e político do psicanalista francês, que tem consequências teóricas e clínicas, subvertendo o campo da psicanálise.

De fato, Lacan reconhece o caráter subversivo da psicanálise. Localizando nas Luzes – movimento iniciado no século 17 como forma de priorizar a razão em um novo regime do saber – a matriz desse pensamento no campo do saber científico. Lacan rememora as Luzes e adverte que “como o inferno, estavam cheias de boas intenções”.² É como começa seu seminário sobre *O saber do psicanalista*, onde tem a intenção de abordar o tema de que a psicanálise revela um saber não sabido. Sua hipótese, dentre muitas que se desenvolve em sua teorização analítica, é a de que a subversão da psicanálise é na estrutura do saber.

Seu diagnóstico é bastante preciso: “A psicanálise não melhorou nada”.³ A leitura lacaniana acerca dos fundamentos da psicanálise, sua posição em relação ao campo das ciências e seus problemas enquanto práxis, são apontados desde o início de sua pesquisa, tecendo críticas aos herdeiros da teoria freudiana e retomando uma leitura que localize o que denomina de descoberta freudiana; uma forma particular de tomar o inconsciente a partir da estrutura do saber. Lacan sugere que a subversão psicanalítica é em termos de saber, no entanto, os psicanalistas retrocedem e se desviam de seu próprio campo.

Realocar a subversão psicanalítica enquanto resposta à estrutura do saber científico moderno, tem sido uma tarefa constante no campo da psicanálise. Como episteme, a comunidade psicanalítica se dedica com certa frequência a seus conceitos, seus problemas, sua contemporaneidade, o

¹ Lacan, J. (1966). *El Seminario. Libro 13: El objeto del psicoanálisis*. Aulas 1, 2 y 3. Inédito.

² Idem. (1971). *El Seminario. Libro 19b: El saber del psicoanalista*. Aula 1. Inédito.

³ Ibidem.

funcionamento do dispositivo clínico e, portanto, estão sempre retomando tais conceitos e tentando propor novas leituras. Nesse aspecto, nós psicanalistas, temos empreendido esforços intelectuais à maneira de cada um e alcançado resultados que podem ser considerados como satisfatórios. Nesse nível, temos tentado subverter.

No entanto, para além da subversão freudiana à medicina e a subversão lacaniana dos fundamentos, tem outro aspecto comumente atribuído à psicanálise que o de uma suposta subversão política. A psicanálise, nesse aspecto configuraria um saber que responde às formas de opressão, tece considerações sobre problemas políticos, que a clínica é uma forma de transpor problemas de ordem social no nível individual e que nós somos a disciplina que prioriza o sujeito, que aponta o caminho de uma liberdade sexual não moralista. Também passa pelo crivo psicanalítico a explicação sobre a violência, as guerras, a ascensão da extrema direita no mundo, as novas configurações de família e muitos outros temas.

Em contrapartida a essa posição, identificamos uma pretensa neutralidade da psicanálise em não reconhecer sua inserção no campo político, dos problemas sociais e a historicidade que a compõe. Ou seja, uma psicanálise alheia à própria realidade na qual faz parte, respondendo sempre de um lugar desarticulado em relação a seu tempo e a seu espaço. Com essa posição, facilmente podemos cair na armadilha de tomar as unidades conceituais em uma falsa universalização e em um texto em que as ideias, em seu sentido mais platônico, não fluam de forma que esses avanços do saber psicanalítico sigam reféns de uma suposta neutralidade e pureza de suas definições e de sua aplicabilidade, mas também de sua universalidade eurocêntrica. Essa ideia é problemática porque induz a pensar que podemos tratar de um texto – seja o texto teórico ou o texto-clínico – sem ler seu contexto.

Ambas as posições – a de antecipar e afirmar que a psicanálise é subversiva e rompe com a norma ou a de que seu dispositivo é alheio à cultura, à história e ao contexto sócio-político – são precipitadas e requerem um tratamento mais assertivo, em termos de razão.

Apontando essa problemática, este trabalho tem como objetivo elaborar a ideia de subversão ou isenção política da psicanálise, considerando suas revoluções epistêmicas, os contextos políticos nos quais se insere, a partir de uma leitura de seu histórico colonial-eurocêntrico. Proponho algumas ideias sobre as particularidades da psicanálise latino-americana, especificamente aquela que é exercida em território brasileiro, articulando uma proposta de considerar que a psicanálise tem seu potencial subversivo e que pode contribuir com esses problemas em seu aspecto teórico e clínico, seguindo alguns pontos que norteiam essa proposta: 1) Considerar o ensino de Lacan como revolução que insere o argumento psicanalítico no campo da razão; 2) Reconhecer a relevância do

imaginário, ainda que a operatória analítica se dê com o simbólico e 3) A leitura de algumas das problemáticas levantadas devem ser tomadas em termos de identificação e significante.

Particularidades de uma psicanálise em *Abya Yala*⁴

A psicanálise praticada em contexto latino-americano deve ser submetida ao crivo de nossa história e questionada em seus fundamentos eurocêntricos e compreender o problema de uma psicanálise aplicada e descontextualizada de nossos povos.^{5, 6} Trata-se de reconhecer nossos problemas enquanto povo colonizado e que estruturalmente sofre pelas consequências dos atos coloniais que, em sua brutalidade necropolítica,⁷ pode decidir quem tem ou não o direito à vida, que racializa e demarca a diferença entre negro, indígena e branco, sendo este último posicionado como superior, civilizado e detentor do ser-saber-poder. A colonialidade também define os modelos de família a serem seguidos, delimita e centraliza o poder no homem-branco-hétero-cisgênero-cristão-europeu e estabelece diretamente as diferenças de classe, baseada em sua economia escravista e exploradora. Em cada território colonizado isso vai se estabelecer de uma forma particular e suas consequências vão ser de acordo com tal contexto e as respostas que se produzem no decorrer dos tempos.

Apesar de algumas tentativas de reparação, as consequências desse passado persistem e evidenciam o caráter dessa constituição social e cultural que demarca a diferença, que sobrepõe o saber de um sobre outro, que estabelece a existência e exerce poder, distribuído em diversas classes e formas. Formas de violência que partem da estrutura social como o racismo, machismo, misoginia, classismo, etc., são traços constituintes de uma identidade que é formada nesses termos.

No Brasil, por exemplo, a forma como se institui a estrutura social, passa diretamente pela formação racista que tivemos. Com a colonização, que teve como sustentação econômica o tráfico e a exploração de povos africanos e povos originários, as formas de pensar o ser, a classe, os papéis de gênero e sexualidade, assim como a própria luta por direitos, passa por essa sobreposição colonial, em que aquele que chega da Europa impõe a sua verdade – inclusive em termos religiosos, cosmogônicos e filosóficos.

Portanto, ser negro ou ser branco, passa por lugares, direitos e posições sociais diversas. A racialidade define o poder, mas também qualifica o branco e o negro em uma oposição entre o

⁴ *Abya Yala* é o termo usado por alguns povos originários, principalmente o povo Kuna, para se referir ao território que nomeamos América Latina.

⁵ Parker, I.; Pavón-Cuéllar, D. (2022). *Psicanálise e revolução*. Ed. Autêntica.

⁶ Pavón-Cuéllar, D. (2024). *O inconsciente da psicanálise interrogado pela consciência da colonialidade*. Seminário de APOLA Salvador. Disponível em: <https://youtu.be/0mNsel-Beug?si=euoXRnwy-IfIpyCp>. Acesso em 17 de março de 2025.

⁷ Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. N-1 edições.

homem e o animal, o limpo e o sujo, o correto e o vagabundo, o bonito e o feio, respectivamente. A demarcação da diferença está em definir o negro sempre como inferior, primitivo e incognoscível.⁸ ⁹, ¹⁰ Na mesma linha, podemos pensar que os lugares e papéis de gênero são herdeiros desse histórico colonial-eurocêntrico, tal como trabalhado por Oyèrónké Oyèwùmi,¹¹ o sistema de família nuclear, a ideia da hierarquia entre homem e mulher e o privado como forma de estabelecer os vínculos familiares, são ideias completamente eurocêntricas, universalizadas e que não condizem à formatação social de povos que contribuem diretamente com a formação identitária do Brasil. Assim como as definições de classe social e acesso a bens e direitos são definidas pelo histórico racista que define lugares sociais diferentes para o negro e para o branco, como forma de funcionamento moral, econômico e político. Esse funcionamento vem do histórico da escravidão, colocando as classes como projetos políticos associados à raça e à criação de dispositivos que demarquem a diferença.¹²

Considerando que a psicanálise se ocupa de uma forma de tratamento acerca do sofrimento e tal sofrimento responde à potenciais causalidades, problemas de raça, classe e gênero, são eixos fundamentais para considerar a prática analítica no nosso território. Seja em sua articulação com outros saberes, que corresponde à localização de efeitos alheios ao arcabouço teórico da psicanálise ou de sua ação clínica, ou na leitura que fazemos do sofrimento, do sintoma, das formas de funcionamento estrutural de um caso e sua relação com a realidade. É imprescindível que a psicanálise como um tratamento de um sujeito particular deva implicar-se com estas problemáticas, considerando o fato de que tais questões estão diretamente ligadas às formas de produção do sofrimento em que operamos analiticamente.

Um primeiro movimento que corresponda a uma admissão do saber psicanalítico a esses dados históricos, culturais, sociais e políticos, é o reconhecimento da relação da psicanálise com outras disciplinas. Uma extraterritorialidade que situa a psicanálise em um debate constante com a sociologia, a antropologia, estudos étnico-raciais, feminismos e teorias de gênero. A ideia é de uma leitura ancorada com esses outros saberes, considerando seus conceitos e práticas e, a partir da psicanálise como um campo independente, possamos contribuir, criticar e operar com mudanças significativas. O diálogo com outras epistemes, não é nenhuma novidade teórica para a comunidade analítica que está acostumada a recorrer à linguística, matemática, topologia, lógica e outras.

⁸ Nogueira, I. B. (2021). *A cor do inconsciente - significações do corpo negro*. São Paulo: Perspectiva.

⁹ Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar.

¹⁰ Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras.

¹¹ Oyèwùmi, O. (2018). Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: Bernardino-Costa, J.; Maldonado-Torres, N.; Grosfoguel, R. (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. Belo Horizonte: Autêntica.

¹² Souza, J. (2021). *Como o racismo criou o Brasil*. São Paulo: LeYa.

Isso permite à psicanálise um exercício de questionar e reformular seus fundamentos quando necessário, além de tecer considerações a partir de seu corpus teórico. É um contato interdisciplinar que possibilita avanços mútuos e não necessariamente coloca a psicanálise em xeque.

Esse movimento exige argumentações lógicas, sejam internas ou externas à psicanálise, sustentadas em uma racionalidade que possibilite um debate rigoroso e com a formalidade necessária que exige uma discussão que preza o caráter científico. É uma oportunidade de furtar-nos dos discursos de ódio disfarçados de argumento teórico, já que não é nenhuma novidade que a psicanálise, principalmente nos dias de hoje, tenta constantemente controlar corpos¹³ – de mulheres, pessoas trans e qualquer expressão de sexualidade que escape à norma –, o classismo de sua erudição formal e acessibilidade à formação e clínica, reservada como um tratamento destinado às classes médias. Também supera o discurso de falsa igualdade ou a suposta neutralidade diante de problemas políticos graves, que muitas vezes destila seu racismo da forma mais sofisticada.¹⁴

Um processo de “tornar-se”

Territórios colonizados, como é o nosso caso latino-americano, passam por um processo de apagamento de seus traços culturais, linguísticos, filosóficos e de suas formas de organização social, das relações familiares ou de parentesco. Conforme trabalhado por Nelson Maldonado-Torres,¹⁵ a colonização, enquanto sistema de exploração territorial, se estende à colonialidade, que desdobra-se em pelo menos três aspectos: 1) saber: sujeito, objeto e método; 2) ser: tempo, espaço e subjetividade e 3) poder: estrutura, cultura e sujeito. A partir de uma visão eurocêntrica, universalizando o que se produz na Europa como avançado, inovador e que deve ser generalizado a partir da exploração de povos colonizados, o colonizador empreende um trabalho de apagar sistematicamente aquilo que se produz alheio a seu continente. Formas de saberes, racionalidades alternativas e produções filosóficas não-europeias são rechaçadas e desconsideradas em detrimento da razão da modernidade. Paralelamente, o outro é racializado e colocado como diferente, selvagem e sem o exercício da razão/existência, ocorrendo o mesmo com a economia, a política e as formas de gestão.

O modelo ideal consolida-se na figura do homem, branco, provedor da família, cristão, que exerce a razão e detém o poder, o que é disparado pelas considerações racistas europeias. As outras formas de se estabelecer socialmente são rechaçadas. Aos negros e povos originários é atribuída a

¹³ Preciado, P. B. (2022). *Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas*. Rio de Janeiro: Zahar.

¹⁴ Nogueira, I. B. (2021). Op. cit.

¹⁵ Maldonado-Torres, N. (2018). Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Bernardino-Costa, J.; Maldonado-Torres, N.; Grosfoguel, R. (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica.

categoria de selvageria e não aderem à categoria do “ser”, considerados mercadoria a ser traficada. Expressões culturais, artísticas e espirituais são demonizadas e criminalizadas. Idiomas e outros recursos linguísticos de povos africanos e originários são perdidos na história, assim como seus saberes e visões de mundo.

A partir desse movimento, outras formas de exploração e violência surgem e se aplicam de acordo com suas épocas e territórios, como o machismo, homofobia, misoginia, xenofobia, transfobia, racismo religioso e rechaço às expressões artísticas e culturais não brancas. Efeitos que evidenciamos até os dias de hoje e que se repetem nos territórios colonizados por europeus.

No Brasil, temos um processo que envolve uma estrutura econômica e social herdada do regime escravocrata, que mantém lógicas de exploração até os dias atuais. O mesmo ocorre com o rechaço às dissidências de gênero e sexualidade, tendo em vista que ser mulher no Brasil é perigoso, considerando os índices de feminicídio e as formas simbólicas de referir-se às mulheres como propriedade dos homens, lidas como incompetentes profissionalmente, desequilibradas emocionais ou destinadas ao seu suposto papel reprodutivo. Também é o país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+ no mundo por anos consecutivos e constantemente a comunidade enfrenta o risco da perda de direitos básicos como o casamento homoafetivo ou acesso digno aos sistemas de saúde para pessoas trans. Seguindo essa herança, temos um país com uma elite branca que se apoia na produção da classe média trabalhadora – que geralmente se reconhece como parte da elite, ainda que seja proletária – e das classes baixas que vivem em situação de exploração e marginalidade social. Expressões desse mesmo funcionamento podem ser encontradas na Argentina, no Peru, no México, no Chile, Colômbia e outros países latino-americanos que sofrem os efeitos da herança colonial.

Um processo que ocorre nesses territórios é a negação de todo aspecto que envolva seu passado colonial e os traços que demarquem esse outro que foi rechaçado na história. Ocorre um apagamento da história, identidade, expressões culturais e artísticas e o reconhecimento de saberes construídos. Destaco a particularidade brasileira que envolve a estrutura social racista que constitui o país como estado-nação e suas formas de expressão política e econômica. O negro brasileiro passa por um processo de desconhecimento de sua própria identidade, sendo negado a reconhecer a si mesmo como gente, desprezando seu próprio corpo que explicita sua cor e seus traços e odiar tudo aquilo que se produz e é lido como “coisa de preto”.

A pesquisa de Neusa Santos Souza, apresentada no livro *Tornar-se negro – ou as vicissitudes da identidade do negro no brasileiro em ascensão social*, explicita esse processo de apagamento da identidade negra. A autora inicia seu trabalho localizando um problema:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetidas a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades.¹⁶

Sua proposta consiste em localizar na história e na formação identitária do país, mas também no relato de algumas entrevistadas, os traços do processo de apagamento que constitui o Brasil como país que tentou apagar seus traços de negritude e forjar um mito da democracia racial, em um esforço de não assumir seu caráter racista. Esse apagamento, consequência da racialização que demarca a diferença entre o negro e o branco e seus lugares sociais e subjetivos, se revela no estabelecimento de um modelo universal a seguir: o branco. Esse processo, é o que Cida Bento¹⁷ nomeia de pacto narcísico da branquitude.

A raça atribui funções simbólicas acerca da posição do negro na sociedade, delimitando-a como lugar de subalternidade. A estratificação e permanente manutenção dessa estrutura social, denota uma identidade renunciada. O negro está, mas sua existência deve ser tomada nos termos da branquitude, que define as condições para esse não-lugar. O mesmo passa a seguir os ditames de um discurso que se inscreve de forma a sustentar seus efeitos sociais.¹⁸

Também seguindo a um referencial psicanalítico, Isildinha Baptista Nogueira¹⁹ aponta que ainda que o negro brasileiro tenha conhecimento de seu passado e das tramas de um histórico racista, isso não isenta o sofrimento por efeito das marcas causadas por esse sistema. Tais marcas produzem um sistema de significações que se perpetuam no decorrer da história e afetam diretamente aos sujeitos analíticos que operamos na clínica. A autora também destaca as características do corpo como formas de negação da própria identidade ou de como a constituição do corpo negro é historicamente posto em um lugar de rechaço da própria imagem.

Na mesma direção, porém focando em uma lógica do silenciamento do negro em um histórico colonial e escravista, Grada Kilomba²⁰ nos brinda com a ideia da implementação de um senso de mudez e de medo. A autora desenvolve a noção de negação, sugerindo que o senhor nega seu projeto de colonização e delega a responsabilidade ao colonizado. Dessa forma, o negro passa a ser reflexo daquilo que o branco delimita em termos negativos. Aquilo que é seu, é projetado no negro: ladrão, violento, bandido, malicioso, preguiçoso. Esse mecanismo, que sustenta um projeto político e de apagamento da existência de um grupo, demarca representações acerca do que é do branco e do

¹⁶ Souza, N. S. (2021). Op. cit. p. 46.

¹⁷ Bento, C. (2022). Op. cit.

¹⁸ Souza, N. S. (2021). Op. cit.

¹⁹ Nogueira, I. B. (2021). Op. cit.

²⁰ Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.

negro, numa separação que explicita uma tentativa de burlar sua existência. Kilomba argumenta que as marcas deixadas por essas representações “enquanto enterradas no inconsciente como segredos, permanecem latentes e capazes de ser reveladas a qualquer momento”.²¹

A partir do proposto por essas autoras, podemos localizar no histórico brasileiro um processo particular referente ao ser negro, que constitui um apagamento, um desconhecimento/renúncia/negação da própria identidade, desprezo pelo próprio corpo, rechaço da própria imagem, a produção de um sistema de significações e um silenciamento. O que é apontado pelos trabalhos supracitados, é a evidência de uma história e que isso produz efeitos sociais e, na particularidade da psicanálise, clínicos.

Quer dizer, como resultado desse processo, não é que estamos presos a uma questão de foco identitário, senão que sequer foi possível o negro constituir sua identidade de forma que não fosse violentada. No Brasil, ao considerar sua estrutura social racista, não foi permitido ao negro criar e expressar uma relação com sua identidade de forma a reconhecer e valorar sua imagem, seu corpo, seu sistema de representações, suas expressões culturais, linguísticas e espirituais.

Ocorre uma necessidade de poder reconhecer-se como negro. Ou seja, em um primeiro momento, é preciso tornar-se. Se trata de poder nomear a violência sofrida como racismo, da necessidade de assumir a própria cor de pele como pele negra, de reconhecer e valorizar seus traços físicos/corporais, de assumir que é de candomblé e que frequenta assiduamente a roda de samba, da possibilidade de ocupar lugares sociais que não sejam o da exploração ou subalternidade no campo do trabalho, intelectual ou artístico. É necessário, nesses termos, poder contrapor o apagamento e o silenciamento, de forma a poder garantir alguma forma de existir.

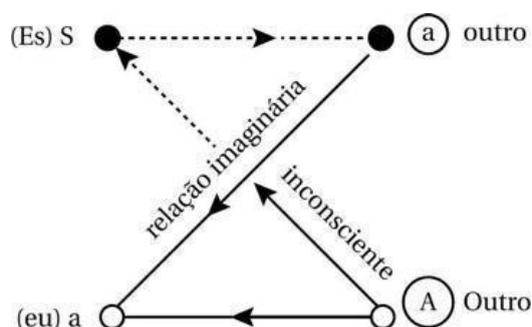
Quando assumimos a necessidade de propor um processo de “tornar-se”, estamos lidando com aquilo que no lacanismo é compreendido como imaginário, como o que se relaciona ao eu e seu caráter representativo. Na mesma direção, o lacanismo costuma tecer críticas, considerando que toda a proposta teórica de Lacan foi de rebater e rechaçar qualquer movimento que priorize o eu como forma de condução de uma análise. Ou seja, o lacanismo critica a esse processo como algo que corresponde ao imaginário, como se o imaginário não tivesse sua relevância e importância para a leitura que fazemos da realidade.

Atendo-se ao aspecto clínico que isso envolve, há de localizar a importância da identidade como um fator que também corresponde ao nosso trabalho como analistas. Trata-se de compreender que o registro imaginário, é o que corresponde ao eu, ao corpo, às representações, à dialética do espelho, um registro que como os outros – simbólico e real – tem a sua função e importância, já que

²¹ Ibidem. p. 41.

muitas vezes, as possibilidades de reconhecer a própria imagem, o corpo, etc, podem ser internas ao contexto clínico.

Lacan²² compreende que nesse processo de articulação entre os registros, o imaginário e o simbólico estão em sincronia, onde as relações eu-outro e Sujeito-Outro emergem da interação que consiste em considerar o campo da imagem-eu-corpo e o registro do simbólico-significante. Ao propor um “[...] pequeno esquema para ilustrar os problemas levantados pelo eu e o outro, pela linguagem e a fala”,²³ nos apresenta o que conhecemos como “Esquema L”, uma formalização que estabelece a interação imaginário-simbólico.



Ao discorrer sobre seu esquema, Lacan assume uma posição teórica:

Quando o sujeito fala com seus semelhantes, fala na linguagem comum, que considera os *eus* imaginários como coisas não unicamente *ex-sistentes*, porém reais. Por não poder saber o que se acha no campo em que o diálogo concreto se dá, ele lida com um certo número de personagens, *a'*, *a''*. Na medida em que o sujeito os põe em relação com sua própria imagem, aqueles com quem fala são também aqueles com quem se identifica.²⁴

Na situação analítica, um paciente quando fala, inicialmente traz exatamente essa dimensão da linguagem comum. Quer dizer, suas histórias, relações, conquistas, pensamentos, ideologias, partem desse campo em que um eu se identifica com alguma imagem. Quando alguém busca por análise, está falando a partir desse lugar. As pessoas chegam identificadas como negras, mulheres, travestis, pobres, de esquerda, trabalhadoras, depressivas ou qualquer outro termo que explicita essa identificação com seus semelhantes.

²² Lacan, J. (1955/2010). *O Seminário. Livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

²³ *Ibidem*. p. 329.

²⁴ *Ibidem*. p. 331.

Ocorre que em psicanálise lacaniana, que aqui defendo como uma das potencialidades do discurso analítico lacaniano, é que esses termos devem ser lidos para além da identidade que se constitui ao relacionar-se com o semelhante. Os termos que aparecem clinicamente devem ser lidos como elementos significantes, o que significa a possibilidade de localizar um sujeito do inconsciente que não se refere aos termos imaginários, se não à identificação em termos simbólicos. A resposta analítica está em não contentar-se com esses termos dados em sua identidade, com seus significados dados a priori, mas em sua articulação com outros elementos que possibilitam uma significação de um caso particular que se estabelece. Se trata de operar no nível significante, sem recorrer a uma categorização estabelecida, mas que tampouco recorre a um esvaziamento de problemas sociais-políticos-culturais que afetam aqueles que buscam por uma análise.

Já que operamos no nível do sujeito, representado pelos intervalos da cadeia significante, compreendemos que psicanaliticamente, respondemos de um lugar que requer a particularidade de nossa disciplina, em nossos termos, em nossos conceitos e internamente à prática de um analista, principalmente em seu aspecto clínico. Para pensar essa problemática a partir de elementos psicanalíticos, destacam-se dois aspectos teóricos relevantes para essa discussão: a identificação e a imissão de Outridade.

Identificação e imissão de Outridade

A abordagem lacaniana desta problemática, revela, no sistema teórico elaborado por Lacan, uma diferenciação crucial para um debate que requeira uma resposta analítica para as questões sociais/políticas mencionadas. Essa diferença corresponde ao conceito de identificação, em uma distinção que estabelece diferentes dimensões.

A identificação pode ser tomada como simbólica ou imaginária. A identificação imaginária é aquela que tem sua referência no estádio do espelho, que está estruturada a partir dos efeitos da imagem, como processo constitutivo da identidade enquanto categoria representativa. Identificar-se no nível do imaginário é inerente ao signo, quer dizer, significa algo para alguém. É no imaginário onde “o suporte do ser é rapidamente concebível”²⁵ e, portanto, se refere a um caráter ontológico, recorrendo a um sistema de significações anteriormente estabelecido. Já a identificação simbólica, que é uma distinção do real, lido em uma dimensão que não seja a da imagem. Se trata de uma identificação ao significante, que não tem identidade pré-definida e que nos coloca diante de outra distinção que é entre o eu e o sujeito. Operar no nível do sujeito e compreender a identificação em

²⁵ Idem. (1962). *O Seminário. Livro 9: a identificação*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife. p. 53.

termos de significante é o que constitui a ação analítica e sua leitura para clínica para direção do tratamento. Essa dimensão é a que interessa, para a argumentação deste trabalho.

A identificação, em sua diferença com a identidade, se relaciona com a inscrição de uma marca que é compreendida como um suporte ao significante. Essa marca é o que nomeamos de traço unário.

O traço unário é a referência às marcas que constituem a bateria significante e que possibilita, no nível da linguagem, a apreensão de uma verdade. Isso quer dizer que a identificação ao significante não pode ser sinônimo de uma unificação, tomando o processo em uma individualidade, mas da Outridade que se apresenta no nível dessas marcas. Como “a identificação não é simplesmente fazer um”,²⁶ lemos esse processo com valor de significante, que é o que possibilita acessar o sujeito analítico.

O significante é a nossa referência porque não é idêntico a si mesmo, não comporta uma identidade e está em oposição a uma categoria de unicidade. Aqui, S_1 sempre vai ser diferente de S_2 porque o que sustenta sua significação é seu encadeamento não unitário. O significante, enquanto aquilo que é posto discursivamente na trama analítica, não carrega consigo nenhuma categoria que se sustente como “eu sou...”.

O esvaziamento do significante acerca de seu significado, revela uma organização estrutural que o compreende a partir de sua combinatória, onde a covariância entre significantes é o que dá um status de significação em seu conjunto. Assim, o significante como unidade não significa nada porque só poderá acessar seu significado ao representar a um sujeito/tema de forma encadeada.

Não somente deve ser lido em seu encadeamento, como também é efeito de uma sutura entre a divisão cartesiana – *res cogitans* e *res extensa* – que separa dentro e fora. A proposta lacaniana de abordar o significante no nível da estrutura simbólica, se dá como uma forma de operar no particular para localizar a função do universal.

Nas palavras do autor:

De fato, sabemos desde já que é no nível do particular que sempre surge o que para nós é função universal, e não temos muito porque nos surpreendermos com isso no nível do campo em que nos movemos, posto que, no que concerne à função da identificação, [...] se passa essencialmente no nível da estrutura. E a estrutura, [...] é o que temos introduzido principalmente como especificação, registro do simbólico.²⁷

²⁶ Ibidem. p. 51.

²⁷ Ibidem. p. 70.

Isso nos permite pensar que, no âmbito da estrutura, o traço é a demarcação da função de uma alteridade radical, que se manifesta na repetição, enquanto automatismo, onde podemos localizar os efeitos dessa lógica não individual acerca do que é posto na narrativa de um analisante. Para Lacan, “Essa repetição escapa à identidade de seu eterno retorno”,²⁸ o que possibilita sustentar a hipótese de um sujeito do inconsciente que responde ao que está posto no enunciado do Outro. “[...] enquanto o sujeito fala, ele só pode avançar sempre mais adiante na cadeia, no desenrolar dos enunciados [...]”.²⁹

No marco teórico de uma hipótese do inconsciente que tem ao sujeito do significante como lugar, podemos pensar que aquilo que é posto em termos de fala em um processo analítico, se refere aos efeitos de antecipação e retroação da cadeia significante que explicitam o encontro de um discurso já existente, muitas vezes, antes mesmo da existência desse sujeito que é formado através dos enunciados do Outro.³⁰ Em uma lógica discursiva, tal sujeito analítico só pode estar na condição que Lacan nomeia de “imissão de Outridade”.³¹

Essa ideia, que não chega a adquirir status de conceito no sistema lacaniano, compreende que o sujeito com o qual operamos analiticamente é formado a partir de uma Outridade, a partir do 2. Esse pensamento, referenciado na lógica de Frege, é sustentado com a ideia de que o número surge com a existência de outro número, que é começando no 2 que podemos acessar a cadeia numérica e pensá-lo em seu surgimento lógico. Lacan recorre a essa referência da lógica moderna para pensar que o sujeito é correlativo a essa operação de ter sua existência outorgada por uma Outridade. Sua proposta é a de que não há sujeito sem Outro.

Esse argumento nos serve para pensar que conceitos como alienação, desejo, objeto, etc., partem desse aspecto não individual, senão como uma partícula do macro.

É a partir desse lugar que a psicanálise de Lacan pode retirar a psicanálise da psicologização do sujeito, não compreendendo como indivíduo ou algo alheio ao seu universo, seu mundo, sua cultura. Possibilita uma leitura do sujeito que é efeito de uma realidade e que no âmbito do programa lacaniano é uma realidade de linguagem que imprime seus enunciados.

Se o sujeito é efeito dos enunciados postos na realidade discursiva, a psicanálise é totalmente involucrada com aquilo que está posto na estrutura social que age como causalidade do sofrimento daqueles que buscam esse dispositivo como método de tratamento. Quer dizer que, em nossa condição de povo colonizado, isso extrapola a mera diferença da identidade, mas que atinge a marca de um discurso que historicamente se repete e gera sofrimento no nível do particular. Assim, ser

²⁸ Ibidem. p. 76.

²⁹ Ibidem. p. 103.

³⁰ Idem. (1998 [1960]). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. Em *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.

³¹ Idem. (1966). *Sobre a estrutura como imissão de Outridade*. Discurso em Baltimore. Inédito.

negro, branco, mulher, trans, pobre, imigrante ou qualquer outro termo identitário não se esgota no sistema de significações sociais, mas que corresponde a enunciados, a lugares discursivos que historicamente foram suplantados na Outridade que lidamos ao operar com uma lógica do sujeito.

A psicanálise que se furta a tal realidade não somente põe em xeque sua noção de sujeito, mas também se alia às formas de produção de sofrimentos historicamente constituintes do nosso meio. Considerar o esvaziamento significativo como um esvaziamento formal, é apelar a uma posição purista e que não reconhece que o significante como elemento discursivo não produz significações a partir de um afastamento do tempo-espço em que estamos inseridos e participamos ativamente.

Considerações finais

Ao considerar a ideia de psicanálise como subversiva, podemos compreender, a partir da teoria lacaniana, que esse discurso, no nível da instauração de um campo, sustenta-se em uma subversão na estrutura do saber. Comumente nos deparamos com a afirmação de que a psicanálise tem um aspecto subversivo inerente a seu sistema teórico-prático. Partimos da posição de que a psicanálise rompe com a norma, ao mesmo tempo que, paradoxalmente, insiste em sustentar sua isenção. Posições essas que são ideológicas e que têm consequências diretas no dispositivo analítico.

Com isso, faz-se necessário retomar os problemas políticos e históricos que envolvem a prática psicanalítica em um território colonizado. Ação essa que envolve a necessidade de conceber problemas relacionados à raça, classe e gênero como agentes de causalidade do sofrimento.

No caso do Brasil, podemos localizar essa particularidade na negritude e seu processo de apagamento identitário na formação do Estado-nação. O que permite apontar questões coloniais que, por sua vez, são racistas e eurocêntricas e que promovem tal processo de apagamento. Assim, há um primeiro movimento na abordagem desse aspecto, que é o ato de “tornar-se”. Ou seja, ressalto a importância da identidade enquanto expressão do registro imaginário que consiste na apreensão do eu, corpo e imagem como um dado necessário e relevante que se relaciona diretamente a problemas clínicos. Posteriormente à localização desse aspecto é que podemos extrapolar a dimensão do imaginário, da identidade.

É a partir de uma proposta lacaniana que podemos apontar uma resposta aos problemas levantados, que finalmente poderiam adquirir status subversivo: abordar o tema em termos de identificação para então passar à dimensão simbólica na qual operamos na direção do tratamento. Compreende-se que a dimensão discursiva instaurada no sujeito em um caso dá-se através dos enunciados que partem da Outridade em termos significantes.

A noção de imisção de Outridade é uma proposta que nos afasta de um caráter individualista, demonstrando que a psicanálise não seria uma práxis alheia ao seu mundo e, conseqüentemente, aos problemas que este apresenta em seu aspecto discursivo.

Nesse aspecto, outras propostas lacanianas lidas como não-individualistas, como sua escrita topológica que propõe uma ruptura entre o individual e o coletivo, inscrevendo-os na mesma estrutura, não isolam as diferentes dimensões da realidade. Na mesma linha, podemos argumentar em favor de uma releitura para o sujeito moderno considerando seu aspecto colonial e um suposto universal, pois, a partir das teorias decoloniais, podemos pensar no conceito de “ego conquiro” que, segundo a lógica eurocêntrica da subjetividade, corresponderia à forma de ser do colonizado.

O mesmo poderíamos considerar quanto à proposta lacianiana da teoria dos discursos, na qual a psicanálise atuaria como resposta a determinadas formas de laço social. Aqui, a práxis analítica funcionaria como um dispositivo – uma forma de economia – que manipula uma realidade discursiva. O discurso analítico, como resposta aos discursos histórico, do mestre e universitário, também poderia estar apto a responder ao discurso racista, heteropatriarcal e cisgênero, etc. Se todas as formas de discurso constituem uma forma de fazer laço social, a psicanálise não estaria fora dessa lógica:

Pois no fim das contas não há mais que isso, esse laço social que eu designo como o termo discurso. Porque não há outro modo de designá-lo, desde que notemos que o laço social não se instaura mais que por ancorar-se em certa maneira pela qual a linguagem se imprime, se situa, se situa sobre... sobre este caldeirão, quer dizer... o falasser.³²

Esses discursos apresentam sua particularidade na forma de estabelecer o laço social, manifestando-se em seus territórios, instituições e demais contextos.

A partir disso, podemos considerar que a práxis psicanalítica não está isenta dos ditames que constituem a realidade social. Sua teoria, sua clínica e sua transmissão estão totalmente envolvidas com as modalidades de discurso que geram sofrimento. Assim, a potência política da psicanálise, considerando que a clínica pode assumir esse papel, está em tratar um sujeito inserido em uma relação histórica e contínua com as formas de opressão que operam como produtoras de sofrimento. Esta seria uma das formas de efetivamente subverter o que está posto como norma.

A ideia deste trabalho é explorar as possibilidades de localizar no aparato teórico psicanalítico lacianiano, possíveis saídas para os problemas apontados, considerando uma abordagem que requer o exercício da razão, de forma argumentativa e crítica. Propõe-se que, a partir de uma lógica científica, podemos avançar no pensamento, sem recorrer aos paternalismos ou a visões sectárias

³² Lacan, J. (1973). *O Seminário. Livro 20*. Aula de 13/02/1973. Disponível em: staferla.fr.free.

acerca da psicanálise, viabilizando a elaboração de respostas condizentes com um potencial teor subversivo da práxis psicanalítica.

BIBLIOGRAFIA:

1. Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras.
2. Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
3. Lacan, J. (1962). *O seminário, livro 9: a identificação*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife.
4. Lacan, J. (1966). *El Seminario. Libro 13: el objeto del psicoanálisis*. <https://staferla.free.fr>
5. Lacan, J. (1966). *Sobre a estrutura como imissão de Outridade*. Discurso em Baltimore. Inédito.
6. Lacan, J. (1971). *El Seminario. Libro 19b: el saber del psicoanalista*. Aula 1. Inédito.
7. Lacan, J. (1973). *El Seminario. Libro 20*. <https://staferla.free.fr>
8. Lacan, J. (1998[1960]). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. Em *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
9. Lacan, J. (2010 [1955]). *O Seminário. Livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
10. Maldonado-Torres, N. (2018). Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Bernardino-Costa, J.; Maldonado-Torres, N.; Grosfoguel, R. (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. Belo Horizonte: Autêntica.
11. Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. N-1 edições.
12. Nogueira, I. B. (2021). *A cor do inconsciente - significações do corpo negro*. São Paulo: Perspectiva.
13. Oyèwùmi, O. (2018). Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: Bernardino-Costa, J.; Maldonado-Torres, N.; Grosfoguel, R. (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. Belo Horizonte: Autêntica.
14. Parker, I.; Pavón-Cuéllar, D. (2022). *Psicanálise e revolução*. Ed. Autêntica.
15. Pavón-Cuéllar, D. (2024). *O inconsciente da psicanálise interrogado pela consciência da colonialidade*. Seminário de APOLa Salvador. <https://youtu.be/0mNsel-Beug?si=euoXRnwy-IfIpyCp>
16. Preciado, P. B. (2022). *Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas*. Rio de Janeiro: Zahar.
17. Souza, J. (2021). *Como o racismo criou o Brasil*. São Paulo: LeYa.
18. Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar.

FAUZY ARAUJO

Psicanalista e pesquisador. Graduado em Psicologia, mestrado em psicanálise pela Universidade de Buenos Aires e especialista em saúde mental. Sócio da APOLa e diretor da sede de APOLa Salvador. Editor da revista de psicanálise “O rei está nu”. Atua no âmbito clínico com atendimento, supervisão e pesquisas sobre teoria e clínica lacaniana.

E-mail: fauzylaraujo@hotmail.com